

# Marxismo, Psicanálise e o feminismo brasileiro

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES

*Campinas: Editora da Unicamp/IFCH, 2017, 2 tomos, coleção "Trajetória" n.9. 692p.*

*Danielle Tega\**

Protestos contra o feminicídio, luta pela legalização do aborto, demandas por políticas públicas: em um momento de intensos debates sociais sobre temas tão caros ao feminismo, recuperar as experiências do passado e narrar a historicidade da luta das mulheres é tarefa necessária. Nesse contexto, o livro *Marxismo, Psicanálise e o feminismo brasileiro*, da socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes, cumpre um papel significativo.

Publicado em dois tomos dentro da coleção "Trajetórias" (IFCH-Unicamp), o livro recupera dezessete trabalhos escritos entre 1976 e 2009, além de uma entrevista publicada em 2016. A coletânea compreende artigos inéditos, capítulos de teses de doutorado e livre-docência da autora e outros textos publicados em livros e revistas de edições já esgotadas. Os textos cobrem, assim, diferentes momentos do itinerário intelectual da socióloga, que é professora do IFCH e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero/Pagu, ambos na Unicamp.

Uma "autobiografia intelectual", que fez parte do memorial para o concurso de professora titular, cumpre o papel de apresentar grande parte do material contido no livro. As informações sobre sua trajetória política e acadêmica são entrelaçadas aos processos políticos e sociais a partir dos anos 1960: a pós-graduação e a militância clandestina contra a ditadura militar no Brasil, os anos de exílio em

---

\* Doutora em Sociologia pela Unicamp. E-mail: dani.tega@uol.com.br

Cuba, na França e no Chile, o encontro com o feminismo europeu, a fundação do jornal *Nós Mulheres*. As experiências presentes nesse texto introdutório indicam que estamos diante de uma obra e de uma autora singulares: um livro sobre marxismo e feminismo brasileiro escrito por alguém que, além de ser pesquisadora sobre esses temas, fez parte da construção do mesmo movimento, dentro e fora da academia.

Considerada pela historiadora Margareth Rago, que assina a quarta capa do livro, como “uma das principais intelectuais feministas que buscam construir uma ponte segura entre o marxismo e o feminismo”, Maria Lygia apresenta, em diferentes artigos, os pilares nos quais essa ponte é construída. Assim, recupera textos clássicos de Marx e Engels para apontar a opressão da mulher como produto histórico; afirma a autora que “o fruto do trabalho feminino, que em sociedades primitivas aparecia como socialmente necessário, vai se transformar, nas sociedades mercantis, em trabalho doméstico” (p.308). Com a instituição da família monogâmica na sociedade de classes, a produção doméstica é reduzida a um serviço privado, feito, no interior de cada família, pelas mulheres que a compõem.

A socióloga aponta, outrossim, o limite da análise marxista, afirmando que “a subordinação econômica é *uma* das formas que assume o poder do homem sobre a mulher” (p.324). Após transitar por autoras como Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, incorpora o pensamento da feminista socialista Juliet Mitchell que “considera essencial renunciar à ideia de que as condições da mulher decorrem unicamente da economia, como formula Engels, ou possa ser equacionada como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos” (p.336).

Com isso, na construção de sua ponte entre feminismo e marxismo, outro elemento ganha espaço: a teoria psicanalítica, a partir de autoras como Nancy Chodorow, Piera Aulagnier e, mais especialmente, a já citada Juliet Mitchell, para quem a Psicanálise, como ciência do inconsciente, forneceria “a chave teórica para a questão das diferenças sexuais” (p.338).

Além dos debates teóricos presentes em seus textos, a socióloga traz uma envolvente pesquisa empírica sobre *revistas femininas e imprensa feminista*, utilizando procedimentos metodológicos que resultaram num trabalho original: contempla, por um lado, o processo de produção das publicações, sem abrir mão de questionar as empresas, as produtoras e as redações, retomando a história de cada uma das revistas; por outro, analisa conteúdo e forma dessas publicações. Sobre as primeiras, ressalta que “greves, golpes de Estado, ascensão ou diminuição no ritmo do confronto de classes, enfim, o próprio processo do cotidiano político-social, tudo isso desaparece quando estamos imersas na leitura das páginas coloridas de *Cláudia, Desfile, Carícia* etc.”. Como produtos históricos, essas revistas “contam, à sua maneira, a história do desenvolvimento capitalista de nossa economia”, ao mesmo tempo que “veiculam concepções históricas sobre a sociedade e as funções dos homens e das mulheres” (p.160). A exclusão das condições materiais concretas revela o caráter classista dessas publicações, que ocultam referências a

temas como inflação, desemprego e problemas sociais diversos enfrentados por grande parte das mulheres brasileiras daquele período. Ainda que se disponham a debater temas como aborto, orgasmo, menstruação, muitos deles considerados tabus – há quarenta anos ou ainda nos dias atuais –, essas revistas fazem uma abstração da realidade, expondo as condições de uma minoria privilegiada como se fossem a norma de existência.

Em contraposição às publicações baseadas nos interesses do mercado, a autora apresenta sua pesquisa sobre a imprensa feminista entre os anos 1975 e 1980. Trabalha com *Brasil-Mulher*, cujo número zero apareceria em outubro de 1975, e o jornal *Nós Mulheres*, que surgiria em junho de 1976 e do qual a autora foi uma das fundadoras. Recupera os editoriais dessas publicações, examina os temas e conteúdos das principais matérias publicadas, analisa o método de trabalho utilizado pelas integrantes dos dois periódicos e situa momentos e eixos temáticos nos quais havia aproximação ou distanciamento entre ambos os grupos. Dentre as diferenças registradas, aponta que “só o *Nós Mulheres* ousava defender a organização feminina a partir de seus problemas específicos (se bem que não chegávamos a aprofundá-los muito), insistindo sempre na necessidade de desenvolver esse espaço unitário”, diferente do *Brasil-Mulher*, no qual “essa omissão salta aos olhos” (p.197, tomo II).

Outro texto que merece destaque no livro refere-se à breve história do feminismo brasileiro nos primeiros anos da chamada “Década da mulher”, cujo início foi em 1975 com a promulgação, pela ONU, do *Ano Internacional da Mulher*. Grupos como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e Movimento Feminino pela Anistia, jornais como *Brasil-Mulher* e *Nós Mulheres*, eventos como o Congresso da Mulher Metalúrgica, os Congressos da Mulher Paulista e o Encontro Nacional de Mulheres foram diferentes espaços percorridos para apontar de que modo temas como política, eleições, aborto, violência contra as mulheres, entre outros, foram tratados, revelando diferentes formas de atuação. Uma riqueza de fontes documenta esse histórico, ilustrado com fotos, manifestos, cartas, panfletos, reportagens e entrevistas. Sem omitir a “verdade vivida” (p.43, tomo II), a socióloga não deixa de expor suas observações pessoais sobre os episódios relatados.

Nas quase setecentas páginas que compõem os dois volumes do livro há, ainda, artigos sobre as ditaduras no Cone Sul e sobre as lutas por direitos humanos. Além da versão impressa, a autora teve a admirável iniciativa de publicá-lo em formato integral na página da coleção “Trajetória”, juntamente com outras fotos, vídeos e entrevistas. Como ela afirma, “ao fazermos tábula rasa das experiências do passado, estamos sujeitos – às vezes em um pequeno intervalo de tempo – a repetir as mesmas propostas ou, o que é grave, cometer os mesmos erros” (p.42, tomo II). Articular as lutas passadas às atuais, encarando tanto os avanços quanto as lacunas deixadas pelo movimento, é uma forma de resistência às tentativas de apagamento dessas histórias. O livro *Marxismo, Psicanálise e o feminismo brasileiro* é uma ferramenta que corresponde a essa exigência.